

Padre Carvalho **Minas Gerais - MG**

Histórico

Os primeiros habitantes do lugar onde é hoje nossa cidade foram os Índios Carnijós ou Fulni-Ô, (Fulni-Ô em Yaathe quer dizer: Povo que vive na beira do rio) que pertenciam à tribo localizada na serra de Águas Belas, no vizinho Estado de Pernambuco. Viviam espalhados ao longo das margens do rio Ipanema e foram afugentados pelas chamadas “Entradas e Bandeiras” (Descedores e Corsários) que realizaram as primeiras penetrações no rio São Francisco, de 1656 a 1661.

Em 1658, era concedida a Nicolau Aranha Pacheco, Francisco de Brá, Damião da Rocha e Baltazar de Farias, uma sesmária de 16 léguas, perto do rio São Francisco, dividida ao meio pelo rio das Cabaças – hoje chamado Capiá. Exatamente nas cabeceiras desta sesmária foi concedida uma outra a Damião da Rocha, Teodosio da Rocha, Francisco de Brá e Antonio Souto.

Nas margens desta última doação, foi doada outra sesmária a Antonio de Souza Andrade e mais três companheiros por carta de 03 de novembro de 1660. Por trás da Serra do Pitajá, os já referidos Francisco de Brá, Damião da Rocha e Baltazar de Farias obtiveram nova sesmária de quatro a cinco léguas de comprimento por cinco de largura. E nas suas vizinhanças, o Padre Francisco Manoel da Silveira, a Igreja dos Guararapes e mais cinco requerentes conseguiram no ano de 1660 uma sesmária de vinte léguas de comprimento por dez de largura, entre os rios Ipanema, Traipu e Pibiré. – Isso ocorreu antes mesmo da criação da Comarca de Alagoas, fato ocorrido somente em 09 de Outubro de 1706.

Foram, porém os rendeiros e os compradores de terras dessas sesmárias que ocuparam efetivamente o sertão alagoano, subindo os vales secos do Traipu, do Ipanema e do Capiá no decorrer do século XVIII.

No dia 19 de Março de 1771, o Sr. João Carlos de Mello e sua esposa Maria de Lima passaram a escritura da Fazenda Picada ao Sr. Martinho Vieira Rego – esse documento se referia à localidade denominada Maniçoba, hoje periferia de Santana do Ipanema.

A fazenda Picada foi vendida a prazo por trezentos mil réis, dos quais, cem mil réis seriam pagos no mês de setembro do corrente ano, e os outros duzentos mil seriam divididos em mais quatro prestações de cinquenta mil réis anuais a cada mês de setembro. O gado que havia na propriedade também foi vendido ao mesmo comprador a preço de dois mil réis cada cabeça. Como a Sr^a Maria de Lima não sabia ler nem escrever, teve o seu nome apostado ao documento pelo seu filho Inácio. Os irmãos Martinho e Pedro Vieira Rego e suas famílias fixaram-se à margem esquerda da Ribeira do Panema – primeiro nome da localidade – num lugar cercado de colinas, próximo as Serras da Camonga, Poço, Caiçara e Gugi.

Aparecem, assim, as primeiras fazendas de criar, nesta região, que se comunicavam com as povoações da “beira” do São Francisco, ao Sul, e com o Povoado de Águas Belas, Vilas de Garanhuns e Cimbres na “banda” do Norte.

Como eram trabalhadores, os irmãos Martinho e Pedro logo prosperaram. Organizaram novas fazendas que foram sendo entregues aos filhos que constituíram famílias.

Esses intrépidos fazendeiros foram dando nome às suas propriedades, aos acidentes geográficos e às povoações que iam surgindo.

Em 1787, quando Santana era um simples arraial quando chegou à região o Padre Francisco José Correia de Albuquerque, missionário natural de Penedo, mas sendo seu pai de Bezerros, Pernambuco e sua mãe de Penedo. Em aqui chegando, conseguiu construir naquele mesmo ano uma capela em honra a Senhora Santa Ana – atual padroeira – em cujos trabalhos de construção foi ajudado pelo fazendeiro Martinho Rodrigues Gaia e auxiliado pelo povo, que vinha ouvir as pregações do missionário. Nascia assim a “cidade”.

A povoação cresceu, e cinquenta anos depois já contava com 4.703 habitantes, dos quais 570 eram escravos. Em 1836, cumpridas as formalidades exigidas pela Igreja Católica, a povoação torna-se freguesia. Padre Francisco José Correia de Albuquerque toma posse como o primeiro pároco de Santa Ana da Ribeira do Panema. Finda seu sacerdócio em 1842.

A povoação continuou a crescer e a progredir. Foram sendo delineados rapidamente a Praça da Matriz, o Quadro Central, ruas e becos. No último quartel do século XIX, foram construídos os belos sobrados coloniais do Centro. Foi a lei nº 9, de 24 de Fevereiro de 1836 que tornou Santana uma Freguesia. Um detalhe expressivo é que foi o próprio Padre Francisco Correia quem promoveu gestões junto aos conselheiros do Governo do presidente de Alagoas, D. Nuno Eugênio Lócio e Seilbiz, com o propósito de elevar Santana a essa categoria. O projeto só se converteria em Lei naquele ano pelas inúmeras formalidades de que se fez mister.

Em 24 de Abril de 1875, Santana torna-se Vila pela resolução nº 681, desmembrando-se do território de Traipu, com estrutura própria político-administrativa, com poderes para arrecadar tributos, prestar contas deles ao erário estadual, eleger intendentes – atuais prefeitos – e conselheiros – atuais vereadores. A população, então dobrara. “O progresso da Vila alicerçava-se na velha pecuária e numa florescente agricultura de milho, feijão e algodão” – fonte: Djalma de Melo Carvalho; Festas de Santana – e ainda, no comércio de tecidos e no beneficiamento de algodão.

Veio a República, e com ela vieram a constituição, novas leis e novo processo político. Alguns comerciantes tomaram gosto pela política. O coronel Luiz Gonzaga de Souza Góes, por exemplo, comerciante de tecidos, exerceu o cargo de Intendente de 1895 a 1914. Deixou em seu lugar o Padre Manoel Capitulino de Carvalho, seu cunhado. Este Padre fascinado por política, influenciou nas decisões político-administrativas de Santana do Ipanema durante cerca de trinta anos.

Padre Capitulino havia chegado à cidade em 1898, como o 15º Pároco. Com a liderança e a efetiva participação dele, a Vila comemorou com muita festa a chegada do novo século. A 1º de Janeiro de 1900, a Capela de Nossa Senhora da Assunção é erguida como monumento alusivo à passagem do século, seria o local de convergência das festividades.

Em 1917 chega à Vila o Padre José Bulhões para coadjuvar o então pároco Manoel Capitulino de Carvalho.

Gentílico: padre carvaliense

Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de Padre Carvalho, pela lei estadual nº 2764, de 30-12-1962, subordinado ao município de Grão-Mogol.

Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o distrito de Padre Carvalho, figura no município de Grão-Mogol.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VI-1995.

Elevado à categoria de município com a denominação de Padre Carvalho, pela lei estadual nº 12030, de 12-12-1995, desmembrado de Grão-Mogol. Sede no antigo distrito de Padre Carvalho. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1997.

Em divisão territorial datada de 2003, o município é constituído do distrito sede.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.